

Cascavel, 04 de setembro de 2024.

Referência: Processo e-protocolo nº 21.519.417-5
Pregão Eletrônico 0955/2024 – UNIOESTE/HUOP

Ementa: Análise de pedido de recurso em face da habilitação da empresa Instituto Hermes Pardini S/A, CNPJ 19.378.769/0053-05.

I - DOS FATOS

Trata-se de pedido de recurso, enviado pela empresa Científicalab Produtos Laboratoriais E Sistemas Ltda, CNPJ 04.539.279/0001-37, na licitação cujo objeto é o Pregão Eletrônico, do Tipo Menor preço por lote, objetivando o registro de preço para contratação de prestador de serviço para realização de exames laboratoriais de baixa demanda e/ou não realizados no Laboratório de Análises Clínicas do Hospital Universitário do Oeste do Paraná., conforme quantitativos e especificações constantes no Edital.

A empresa recorrente relata resumidamente que:

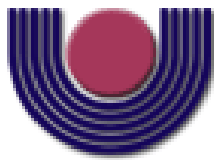
“... III. DAS IMPRECISÕES NA HABILITAÇÃO DO INSTITUTO HERMES PARDINI:

III.a) Da habilitação fiscal: a ausência da prova de inscrição no Estado de Minas Gerais, ou no Município de Vespasiano, sede do licitante – Item 3.2 do Edital – Vinculação ao Instrumento convocatório.

...

12. Na linha da legislação de regência, o item 3.2 do Anexo II do Edital, compõem os documentos de habilitação fiscal do licitante a “prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual”.

13. De acordo com o Estatuto Social do Instituto Hermes Pardini, a companhia tem sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de



Minas Gerais, na Rua Aimorés, nº 66, bairro Funcionários, CEP.: 30.140-070. No entanto, o Instituto apresentou cadastro geral de fornecedores do Estado do Paraná, desatendendo ao requerido pelo instrumento convocatório. Grave omissão.

...

III.b) Da habilitação técnica: documento comprobatório apresentado em desconformidade com o requerido pelo edital – Item 10.7.2 do Anexo I:

20. De acordo com o Edital, para qualificação do proponente, será exigido do licitante a comprovação de vínculo profissional do responsável técnico com a licitante que pode ser feita, alternativamente com a apresentação de:

a) Cópia da carteira de trabalho (CTPS) em que conste a licitante como empregadora; ou

b) Do contrato social da licitante em que conste o profissional como sócio; ou

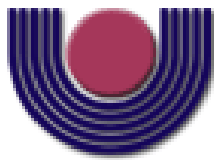
c) Do contrato de trabalho devidamente registrado no Conselho de Classe da região competente, em que conste o profissional como responsável técnico; ou

d) De declaração de contratação futura do profissional, desde que acompanhada de declaração de anuência deste.

21. De acordo com a documentação apresentada pelo Instituto Hermes Pardini, o licitante tem como seu responsável técnico o Médico Dr. Guilherme Birchall Collares, inscrito no Conselho Regional de Medicina do Estado de Minas Gerais desde 2001.

22. Para fins de atendimento do requisito acima especificado, o licitante colacionou Registro de Emprego do referido responsável técnico, se desvincilhando por completo do definido categoricamente pelo edital.

...



III.c) Da imprecisão dos atestados de qualificação técnica – Item 10.7.2 do Anexo I:

39. Ademais, os atestados de capacidade técnica apresentados pelo Instituto Hermes Pardini, emitidos pelos Hospitais Alcides Carneiro, em 02/02/2023, Naval Marcilio Dias, em 30/10/2020, e pela Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais, em 09/10/2023, não especificam o número do contrato, e tampouco foram apresentadas as cópias dos respectivos contratos para fins de conferência das informações.

40. O item 10.7.2 do Edital exige a “apresentação de 01 (um) ou mais atestados (ou declarações) de capacidade técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove já ter o licitante fornecimento compatível com o objeto desse certame em características e qualidade”. Como bem especificado pela doutrina de Marçal Justen Filho:

...

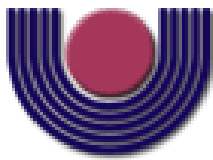
III.d) Da Proposta de Preços: da ausência de poderes pelo que firma a proposta:

47. Por fim, reside outra problemática gravíssima: a assinatura da proposta de preços adequada ao seu lance final da licitante foi subscrita por procurador sem poderes para tanto.

48. Nos termos da procuração apresentada pelo Instituto Hermes Pardini, o Sr. Mateus Machado de Moura, subscritor da proposta de preços final da licitante, não possui poderes para apresentar e assinar propostas e declarações desacompanhado de algum diretor/administrador ou outro procurador dos Outorgantes com poderes semelhantes, consulte:

...

IV. PEDIDOS



64. Diante todo o exposto acima, requer-se a revisão da decisão que declarou a licitante INSTITUTO HERMES PARDINI S/A, ora Recorrida, como vencedora do Pregão 0955/2024, decretando-se sua desclassificação e inabilitação, a fim de que o certame permaneça sob a mais estrita legalidade.”

A empresa Instituto Hermes Pardini S/A apresentou contrarrazões resumidamente que:

“Ao contrário do alegado pela recorrente, não há que se falar em violação às normas editalícias, haja visto que conforme foi exposto pelo próprio recorrente, em cumprimento ao item 1.1 do Anexo II do edital que expõe:

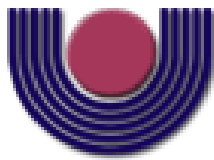
1.1. A documentação constante nos itens 2.1 à 2.1.5 e 3 do Anexo II - DOS DOCUMENTOS poderá ser substituída por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, tais com o GMS E SICAF, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto nesta Lei e que os documentos relacionados no certificado estejam dentro do prazo de validade.

Nesse sentido, a recorrida apresentou o registro cadastral junto ao GMS devidamente regular e com todas as certidões vigentes (conforme print do documento abaixo) no ato da sua apresentação em conformidade com o exigível no item 1.1 e no item 3.2 do referido edital, no qual esse último expõe:

3.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

...

Vale ressaltar que no item 7.6 do Anexo II do edital também expões que:



7.6. Todos os documentos apresentados deverão identificar o licitante, com a indicação do nome empresarial e o CNPJ da matriz, quando o licitante for a matriz, ou da filial, quando o licitante for a filial (salvo para os documentos que são emitidos apenas em nome da matriz).

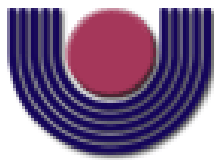
Nesse sentido, visto que a recorrida é filial, com razão social INSTITUTO HERMES PARDINI S/A, inscrita no CNPJ nº 19.378.769/0053-05, sediada na Av. Das Nações, 2448, bairro Distrito Industrial, CEP: 33.201-003, Vespasiano/MG, foram apresentados todos os documentos referentes ao CNPJ participante, afinal toda a prestação de serviço objeto do certame, será prestada por esta filial. Não obstante no registro de cadastral do GMS apresentado, consta o número da certidão no qual, caso seja necessário, poderá ser realizada consulta e verificação de sua veracidade e assim constatar que a Recorrida está devidamente regular junto ao Estado de Minas Gerais, jogando por terra toda e qualquer insinuação de omissão e irregularidades fiscal dita pela Recorrente.

III.2. DA HABILITAÇÃO TÉCNICA

...

No que tange a exigência editalícia é necessário tecer algumas considerações, tendo em vista que é desnecessário, para comprovação da capacitação técnico-profissional, que o empregado possua vínculo empregatício, por meio de Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS assinada, sendo suficiente prova da existência de contrato de prestação de serviços ou documento equivalente a fim de comprovar tal vínculo. É o que vem entendendo os Tribunal de Contas da União e os Tribunais de Constas do Estados. Acórdão 103/2009 Plenário (Sumário).

...



Vale ressaltar que, a Recorrida apresentou conforme item 10.7.2 do edital, a saber:

Prova de inscrição ou registro regularizado do seu responsável técnico de nível superior, junto ao seu Conselho da Classe competente da região a que estiver vinculado, uma vez que a licitação envolve a prestação de serviço;

...

Depreende-se que a indicação do Responsável Técnico junto ao Conselho Regional de Medicina Do Estado de Minas Gerais o vínculo do profissional. Ademais o RT é deferido ou renovado junto ao CRM/MG se a empresa apresenta documentação comprobatória que o profissional de saúde está vinculado ao estabelecimento solicitante do registro.

...

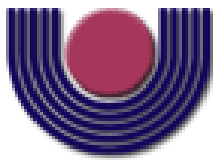
III.3. DA IMPRECISÃO DOS ATESTADOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

...

No qual no item 10.7.3.3.4 do edital complementa a exigência da seguinte forma:

10.7.3.3.4. dos documentos de habilitação técnica do proponente. Os dados da proponente apresentados na proposta devem coincidir com o disposto nos documentos técnico solicitados no item 10.7.2. Serão avaliados os itens: razão social, CNPJ, endereço e natureza da atividade para qual a empresa está habilitada. Podem ser utilizados como fontes de consulta outros documentos ofertados na habilitação jurídica da empresa.

Nesse sentido foram apresentados 3 (três) atestados de comprovação técnica conforme exigências dos itens 10.7.2 e 10.7.3.3.4 do referido edital, visto que não foi exigido em nenhum momento cópia de contratos, sendo facultado ao pregoeiro



diligência para esclarecer ou complementar a instrução do processo cumprindo ipso facto o estabelecido em edital.

Dessa forma, tendo em vista que os atestados foram assinados e validados pelos órgãos/entidades contratantes, com todas as informações que os identifiquem, não há o que se falar em imprecisão nos atestados de qualificação técnica.

III.4. Da Proposta de Preços: da ausência de poderes pelo que firma a proposta:

O pedido da Requerida é forçoso e exagerado. Pela leitura dos artigos 11 e 12 da Lei 14.133/2021 extrai o seguinte texto:

Art. 11. O processo licitatório tem por objetivos:

I - assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto;

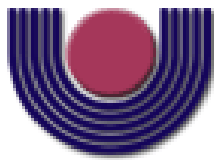
Art. 12. No processo licitatório, observar-se-á o seguinte:

III - o desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta não importará seu afastamento da licitação ou a invalidação do processo;

Depreende-se que a assinatura da Proposta por apenas um Procurador foi uma falha material plenamente sanável, cuja atitude do Pregoeiro em solicitar a correção, ajuste ou esclarecimento não alteraria, de modo algum, a substância da Proposta.

...

Por questão de razoabilidade e prudência, nas hipóteses de falha sanável, é permitido ao agente condutor do certame a realizar diligência apta a esclarecer ou complementar a instrução processual. Aliás, no presente caso, é facultado o saneamento de falha por parte do pregoeiro, em face do princípio da vantajosidade,



bem como em face do já aludido princípio do formalismo moderado.

...

Nesse mister, a requerida apresenta Proposta assinada pela Procuradora Natalia Biane Alves Dos Santos, inscrita no RG: MG 12269539 – SSP/MG e no CPF: 071.825.336-18, assinada e datada digitalmente na data do certame, assim como sua procuração. A Proposta tem o mesmo conteúdo da acostada no ComprasNet, alterando apenas o Procurador que assinou a Proposta.

Pois bem, referente ao atendimento do item 3.2 do Anexo II do

Edital:

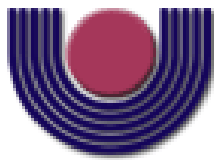
“3.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;”

Temos a relatar que, conforme item 1.1 do Anexo II, este documento pode ser substituído pelo GMS ou SICAF, informo que na data da licitação o GMS foi consultado e encontrava-se REGULAR, o que substituiu a exigência do anexo do documento do item 3.2.

Ainda, referente ao endereço constante no GMS, informo que está de acordo com o CNPJ que a empresa participou da licitação, endereço este também confirmado com a emissão do Relatório de Credenciamento emitido pelo SICAF na Consulta Parametrizada de Fornecedores do Sistema Comprasgov que é consultado pela Equipe de Apoio para conferência dos documentos no dia da licitação.

Informo ainda, que acessamos o Cadastro de Fornecedores do Estado do Paraná – GMS e confirmamos na prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual o endereço apresentado.

Sendo assim, prevalece o apresentado pela empresa em suas contrarrazões.



Referente à ausência de poderes do representante que assinou a proposta, por equívoco da pregoeira não foi constatado e também não foi dada oportunidade para a empresa realizar a correção.

O item 15.3 do Edital estabelece que:

“15.3. É facultado ao(a) pregoeiro(a) a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.”

Dessa forma, o procedimento adotado neste caso seria retomar a fase de julgamento e solicitar que a empresa enviasse a proposta assinada por representante com os devidos poderes.

Contudo, a empresa já anexou em suas contrarrazões proposta assinada pela representante Natalia Biane Alves dos Santos que, conforme procuração também anexada, possui poderes para assinar de forma isolada, representando o Instituto Hermes Pardini S/A e suas filiais.

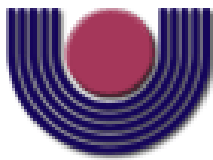
Informo ainda, que a proposta está de acordo com o ofertado no sistema comprasgov e conforme consta na assinatura por certificação digital, foi assinada dia 20/08/2024 às 16:28.

Referente aos apontamentos de análise técnica, os fatos relatados pela empresa recorrente e pela empresa então vencedora, foram encaminhados para apreciação da Equipe Técnica, cuja é a competência.

Passaremos aos esclarecimentos e manifestações do que compete à análise da Equipe Técnica. Considerando que a pregoeira não detém conhecimento técnico específico para julgar os quesitos técnicos exigidos em Edital, daí a necessidade de segregar as competências no processo licitatório resguardando o fiel cumprimento dos princípios que regem a Administração Pública.

Neste sentido, o instrumento convocatório aponta que qualquer esclarecimento e informações sobre documentação técnica e sobre os produtos são de atribuição da equipe técnica.

Dito isto, segue parecer emitido pela Equipe Técnica:



“Após análise cuidadosa da Razão de Recurso apresentada pela empresa CIENTÍFICALAB PRODUTOS LABORATORIAIS E SISTEMAS LTDA, inscrita sob CNPJ nº 04.539.279/0001-37, a equipe técnica informa que foram realizadas as devidas diligências quanto às indagações apresentadas pela Recorrente.

Evidenciou-se que a empresa vencedora do PE nº 0955/2024, denominada INSTITUTO HERMES PARDINI S/A, inscrita sob CNPJ nº 19.378.769/0053-05, apresentou toda documentação DE HABILITAÇÃO solicitada em edital, dentro do prazo.

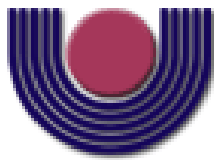
Quanto à alegação de que a empresa vencedora não apresentou documento para comprovação de vínculo empregatício com o profissional responsável (item III-b), conforme o edital exige, informamos que a empresa apresentou o Registro de Empregado, item 13.4 da documentação de habilitação técnica enviada pela empresa.

Em atenção ao declarado pela empresa recorrente, no item III-c da Razão enviada ao pregoeiro, informamos que a empresa recorrida/vencedora apresentou no item 16, 16.1 e 16.2 atestados de capacidade técnica válidos, comprovando ter realizado o serviço de apoio compatível ao presente no PE 0955/2024, suprimindo a necessidade e exigência destacada no edital.

Por derradeiro, a equipe técnica conclui que a Razão de Recurso apresentada pela empresa CIENTÍFICALAB PRODUTOS LABORATORIAIS E SISTEMAS LTDA não é aceitável, visto que a análise da documentação da empresa vencedora ocorreu de maneira sublim.

No entanto, reiteramos o fato de que a decisão final cabe à autoridade competente responsável pelo processo licitatório.

Mantemo-nos à disposição para fornecer qualquer informação adicional necessária ou discutir este assunto em mais detalhes, caso seja conveniente.



Agradecemos antecipadamente pela atenção e consideração.

Cordialmente,

Leonardo Luan Périco

CRF/PR: 35.442

Laboratório de Análises Clínicas

Hospital Universitário do Oeste do Paraná”

Sendo assim, diante do parecer da Equipe Técnica e de todos os fatos relatados será mantida a classificação da empresa Instituto Hermes Pardini S/A.

II – CONCLUSÃO

Diante dos fatos relatados, considerando o contido no recurso, na contrarrazão e no parecer da Equipe Técnica, esta comissão recebe o recurso, por ser tempestivo, julga-o improcedente, negando-lhe provimento.

Dessa forma, será mantida a classificação da empresa Instituto Hermes Pardini S/A, CNPJ 19.378.769/0053-05.

À elevada apreciação do Diretor Geral, considerando os apontamentos desta subscritora.

Atenciosamente,

Verônica Zanchettin
Técnico Administrativo/Pregoeira
Setor de Licitação/HUOP